Brasil renegocia sem esperar solução externa

Funaro diz ao FMI: País já decidiu agir e proporá redução da remessa líquida aos credores

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Washington - "O Brasil já decidiu que não ficará à espera de que sejam corrigidos os desequilíbrios financeiros internacionais ou de que se estabeleça uma nova ordem econômica mundial", disse ontem o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em seu discurso no Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, ao anunciar oficialmente que o País proporá uma renegociação global que permita a redução da dívida externa a partir da diminuição das remessas líquidas de recursos aos credores.

Após informar que entre 1983 e 1986 o Brasil pagou 44,5 bilhões de dólares de juros, remessa de lucros e outras rendas de capital, tendo recebido apenas 10,6 bilhões de dólares sob a forma de novos ingressos de recursos, o ministro declarou que a "indispensável redução da perversa transferência de recursos dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos passa pela reativação dos fluxos de capital de fontes oficiais e privadas, mas deve ocorrer principalmente pela redução do custo da dívida e não pela acumulação de novas dívidas, contratadas a taxas de juros altas e instáveis."

Para isso, é indispensável também que as taxas internacionais de juros retornem a níveis mais próximos das médias históricas, da ordem de 2 por cento reais contra as atuais médias de 4 a 5 por cento, e que as novas renegociações resultem em queda expressiva dos spreads (taxas de risco) cobrados pelos bancos. Reduzir as transferências é necessário para que os países possam usar uma parte maior de suas poupanças no financiamento do crescimento interno, além de poderem importar mais para garantir a expansão econômica. Segundo Funaro, só em 1986, o Brasil está transferindo ao exterior o equivalente a 20 por cento de sua poupança interna bruta.

"O problema da dívida não é meramente econômico, mas envolve uma discussão política abrangente que não pode ser substituída por condicionalidades unilateralmente impostas", denunciou o ministro, acrescentando que "não só os mecanismos criados para conviver com a crise mas todo o relacionamento entre credores e devedores deve ser objeto de profunda revisão". Diante do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e do presidente do Comitê Interino, Onno Ruding, Dilson Funaro lembrou que esta

revisão "deve ser feita já, pois a história nos ensina que a resistência a mudanças apenas prolonga e aprofunda as crises".

A ênfase do seu curto e objetivo pronunciamento esteve centrada na proposta que o Brasil fará aos banqueiros para a renegociação da dívida externa. "A própria relutância dos bancos internacionais em emprestar dinheiro novo indica que a redução e o alongamento do serviço da dívida são o caminho mais eficaz para sair da crise, pois se não reconhecerem isto estarão prestando um desserviço ao próprio sistema financeiro, pressionando ainda mais para baixo o valor de seus créditos e eventualmente pondo em perigo sua própria situação", advertiu o ministro, acrescentando que eventuais obstáculos a esta redução da transferência que permitirá maiores importações acabariam dificultando também a recuperação econômica nos países industrializados.

Para evitar isso tudo, Funaro apontou algumas alternativas que certamente constarão da proposta brasileira, além da busca de menores taxas de juros e taxas de risco mais baixas. "Soluções que até recentemente não eram bem vistas pelo mercado são cada vez mais encaradas como meios aceitáveis e mais inteligentes de reduzir a transferência líquida de recursos para os credores", disse. "A estabilidade dos níveis de pagamentos deve igualmente merecer alta prioridade de reescalamento", completou. Propôs também aumento dos empréstimos das agências oficiais (como Banco Mundial, etc) com o abandono da "rigidez" que se estabeleceu nestas instituições na época da crise financeira de 1982.

Este aumento dos créditos de agências oficiais seria "um dos meios mais eficientes de compensação pela transferência líquida negativa de recursos" aos países devedores, de acordo com o ministro da Fazenda. Ele concluiu seu pronunciamento com uma frase que sintetizou a determinação brasileira de introduzir alterações expressivas em sua próxima renegociação com os credores: "Representamos as esperanças e ansiedades de milhões de pessoas, que exigem de nós coragem e sabedoria política para promover mudanças e levar a prosperidade a todos", disse, dirigindo-se ao presidente do Comitê Interino, que em sua opinião foi quem fez o pronunciamento "mais duro" contra o protecionismo e fechamento de mercados dos países em desenvolvimento.